

NA ESCOLA DO MEIO RURAL EM TEMPOS DE "AVANÇOS" TECNOLÓGICOS AINDA FALTA O BÁSICO

Lucineide Barros Medeiros¹
Maria Clara de Sousa Costa²
Adilson de Apiaim³
Rhayra Vitória Almeida de Sousa Lima⁴
Jullyane Frazão Santana⁵

RESUMO

No artigo tem-se como objetivo geral analisar a situação de infraestrutura de apoio pedagógico e administrativo em escolas situadas no meio rural piauiense, considerando indicadores inscritos na política de educação do campo, tendo em vista a importância desse item para a oferta e o ensino-aprendizagem escolar. Os dados do Censo Escolar foram analisados do ponto de vista quali-quantitativa a partir da perspectiva dialética, considerando indicadores de 24 municípios. Na base teórica de referência estão autores como Arroyo e Fernandes (1999); Caldart (2020), Prado Júnior (1998), dentre outros. Concluiu-se que a realidade das escolas do meio rural é marcada pela infraestrutura física precária e carências relacionadas no tocante a abastecimento de água em sistema seguro, esgotamento sanitário, energia elétrica, internet, biblioteca escolar e banheiros adequados, situação que demonstra a falta de qualidade social prevista nos marcos da política pública de educação do campo.

Palavras-chave: Escola do meio rural no Piauí; infraestrutura de apoio pedagógico e administrativo; política de educação do campo.

ABSTRACT

The general objective of the article is to analyze the situation of pedagogical and administrative support infrastructure in schools located in rural Piauí, considering indicators inscribed in the rural education policy, in view of the importance of this item for the provision and teaching-school learning. Data from the School Census were analyzed from a qualitative and quantitative point of view from a dialectic perspective, considering indicators from 24 municipalities. In the theoretical basis of reference are authors such as Arroyo and Fernandes (1999); Caldart (2020), Prado Júnior (1998), among others. It was concluded that the reality of schools in rural areas is marked by precarious physical infrastructure and deficiencies related to safe water supply, sewage, electricity, internet, school library and adequate bathrooms, a situation that demonstrates the lack of social quality foreseen in the frameworks of the public policy of rural education.

Keywords: Rural school in Piauí; pedagogical and administrative support infrastructure; rural education policy.

¹ Universidade Estadual do Piauí; Doutora em Educação; e-mail: lucineidebarros@cceca.uespi.br.

² Universidade Estadual do Piauí; Mestranda em Sociedade e Cultura (PPGSC/UESPI); e-mail: mariaclaradesc@aluno.uespi.br

³ Universidade Estadual do Piauí; Mestrando em Sociedade e Cultura (PPGSC/UESPI); e-mail: adeapiaim@aluno.uespi.br

⁴ Universidade Estadual do Piauí; Graduanda em Pedagogia; e-mail: rhayralima@aluno.uespi.br

⁵ Universidade de São Paulo, Campus Ribeirão Preto - Doutorado em Educação; e-mail: jullyanefrazao@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A discussão se desenvolve em tono do objetivo de conhecer a situação de infraestrutura das escolas do meio rural piauiense, considerando a importância desse item para o apoio pedagógico e administrativo das mesmas e incidências na oferta e qualidade educacional.

Tem-se como ponto de partida as carências históricas relacionadas, em parte, ao conjunto das dificuldades enfrentadas e inscritas na política educacional brasileira e noutra parte à desigualdade hierarquizada entre os territórios rural e urbano, que situa a zona rural em condição de inferioridade no acesso a bens e serviços básicos importantes ao suprimento de necessidades pertinentes à dinâmica atual da vida em sociedade e que devem ser asseguradas pela educação escolar.

Na construção metodológica de abordagem quali-quantitativa, orientada pela perspectiva dialética consideramos “a realidade concreta no seu dinamismo e nas inter-relações” (GAMBOA, 2007, p. 34). Em dados documentais resultantes do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), analisou-se a situação de 24 municípios do Piauí, situados em 12 territórios de desenvolvimento, instituídos na Lei complementar nº 87/2007, selecionados a partir do critério de mais elevados e mais baixos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); vale ressaltar que de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁶, o IDH compara indicadores nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente de crianças. Varia de zero a um e é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seu relatório anual.

Os documentos, por serem susceptíveis à imprecisões, contradições e ideologias (FRANCO, 2008, p. 25), foram sondados considerando seus lugares de pertencimento e suas relações no contexto do fenômeno em estudo. Na definição dos municípios consideramos particularmente os indicadores do IDH no elemento “educação”, conforme os dados publicados pela Fundação CEPRO (PIAUI, 2016), tendo como base o ano de 2010, conforme lista constante no Quadro 1.

Quadro 1 - Indicadores de mensuração do IDH (Educação)

⁶ Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2144:catid=28&Itemid=23. Acesso em 20 de abril de 2020

Território	Município	IDH	Município	IDH
Planície litorânea	Parnaíba	0,604	Cocal dos Alves	0,315
Cocais	Piripiri	0,533	São João da Fronteira	0,351
Carnaubais	Campo Maior	0,566	Assunção do Piauí	0,382
Entre Rios	Teresina	0,707	Pau D'arco do Piauí	0,376
Vale do Sambito	Ipiranga do Piauí	0,583	São Miguel da Baixa Grande	0,413
Vale do Guaribas	Picos	0,621	Paquetá	0,384
Vale do Canindé	Oeiras	0,547	São Francisco de Assis do PI	0,336
Serra da Capivara	São Rdo. Nonato	0,587	Lagoa do Barro do Piauí	0,358
Vale dos Rios PI e Itaueiras	Floriano	0,633	Brejo do Piauí	0,354

Fonte: Piauí (2016)

Na análise considera-se que a materialidade do real é síntese de múltiplas determinações simples e complexas e este real pode ser alcançado pela abstração; neste sentido, com a potência de produzir novo concreto, dessa vez, o concreto pensado. Gamboa (2007) ressalta que “o concreto é concreto, porque é a síntese, e a unidade do diverso é o resultado e não o ponto de partida”.

2 A ESCOLA DO MEIO RURAL E EXIGÊNCIAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS INSCRITAS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

A escola rural que conhecemos é apresentada neste cenário sócio-histórico do Brasil e do Piauí como precária, isolada, desprovida de suporte pedagógico e condições de trabalho administrativo; situação que objetivamente se articula ao fenômeno do fechamento e(ou) nucleação de unidades escolares, à grande incidência de classes multisseriadas, à monodocência, à mobília degradada ou inadequada às faixas-etárias de usuários, à prédios pequenos e precários, ambientes sem privacidade, dentre outras situações que representam condicionamentos impeditivos de essa escola cumprir o seu papel social.

Essa realidade foi formada e consolidada historicamente no contexto do Brasil, associando múltiplas exclusões e negações impostas ao território rural no processo de desenvolvimento da sociedade, marcada pela concentração da terra, exploração degradante dos recursos naturais e da mão de obra de sua população, contexto em que à escola foi atribuído papel instrumental reduzido aos alcances dos objetivos de manutenção e reprodução dessa mesma realidade. (PRADO JÚNIOR 1998; GUEDINI, 2017; BENJAMIM e CALDART, 2000).

A partir dos anos 1990 ganha protagonismo no meio rural e, particularmente, no âmbito da educação, o Movimento Por uma Educação do Campo, que nasce de uma articulação, incluindo estados, municípios, movimentos sociais, universidades, órgãos governamentais, organismos de igrejas, representantes de trabalhadores em educação e entidades de educação no campo. Essa articulação realizou encontros, conferências, conformou uma pauta e um programa articulado a um projeto de sociedade, com princípios, objetivos, diretrizes, metas e indicação de responsabilidades, voltado à constituir uma educação e uma escola situada no horizonte dos direitos, enraizada na realidade do campo, em seus valores próprios, e comprometida com a superação dos limites impeditivos de sua realização plena (ARROYO, FERNANDES; 1999; BENJAMIM e CALDART, 2000).

Essa escola foi também projetada a partir de bases teóricas, epistemológicas, gnosiológicas, tomando como ponto de partida a realidade concreta, vivida nas lutas dos movimentos sociais do campo, com destaque às realizadas com o protagonismo marcante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e por outros, que ocuparam a cena das mobilizações sociais no período pós-ditadura no Brasil, enfrentando a estrutura imposta no modo de desenvolvimento do capitalismo agrário e sua combinação com o capitalismo industrial, neste cenário se encontra a proposta da educação do campo, que em seus marcos de origem “[...] combina com Reforma Agrária, com agricultura camponesa, com agroecologia popular.” (CALDART, MOLINA, JESUS, 2004, p. 23).

As lutas e incidências que tornaram possível a “Articulação por Uma Educação do Campo” e sua atuação como movimento, fazem parte da incidência social que, orientada pelo princípio da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, assegurou nos Artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Tal protagonismo proporcionou que no Artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/1996) haja um tratamento específico ao direito da população rural, na oferta da educação básica, assegurando a adequação da oferta e da escola às peculiaridades da vida rural e de cada região, com conteúdos

curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidade e interesses dos estudantes da zona rural; organização escolar própria, incluindo adequações do calendário escolar às fases do ciclo agrícola, às condições climáticas e à natureza do trabalho na zona rural.

A partir daí foram produzidas pelo Conselho Nacional de Educação, no ano de 2002 e complementadas em 2008, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica na Escola do Campo, e nos planejamentos educacionais foram incluídas metas e estratégias para a realização do que está previsto nesses dispositivos legais e normativos, de modo que em praticamente todas as 20 metas do Plano Estadual de Educação do Piauí 2015-2025 (Lei estadual nº 6.733/2015) há ações especificamente relacionadas à educação e à escola do campo (MEDEIROS, 2017).

Em meio às conquistas importantes, mesmo que insuficientes, esse processo de construção passou a sofrer intenso desmonte a partir de 2018, coincidindo com mudanças na administração do poder executivo no país, em razão do *impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff e com o avanço do agronegócio no Brasil e no Piauí, promovendo a intensificação do controle de terras pelo capital financeiro, ocasionando conflitos e expulsões de camponeses de seus territórios, pelas dificuldades sentidas por agricultores familiares e camponeses de convívio com um modelo de produção excludente, baseado nos grandes negócios, voltados à produção em larga escala para a exportação de *commodities*, instalação de projetos de geração de energia eólica e de mineração, com ocupação de grandes extensões territoriais em áreas já habitadas e utilizadas para culturas de subsistência; tendo em vista que essa lógica de desenvolvimento dá prioridade ao cultivo de determinados produtos agrícolas, em áreas submetidas a desmatamentos, ocasionando alterações substantivas nas características morfoclimáticas e nos modos de vida da população rural e camponesa. Situações como essas tornam insuportável a permanência de expressiva fração da população rural empobrecida no território, resultando em deslocamentos forçados para os centros urbanos para uma parte e para outra, em intensificação das relações de dependência.

O desmonte também alcança diretamente a política da Educação do Campo, com cortes no financiamento das ações e alterações incisivas na modelagem e responsabilidades institucionais. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passou por reformas que reorientaram suas ações, uma vez que o ministério que lhe abrigava, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi extinto, e com ele a Coordenação geral de Educação do Campo e Cidadania, onde se localizavam as ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), um marco fundacional

na política de educação do campo. No Ministério da Educação houve a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), dando lugar a uma secretaria de modalidades educacionais especiais, desprovida dos fundamentos que afirmam processos históricos que lhes trouxeram à esfera da política pública.

3 INFRAESTRUTURA DE APOIO ESCOLAR: ENTRE A EXIGÊNCIA LEGAL E O REAL

O item infraestrutura compõe o conjunto das variáveis do Censo Escolar realizado pelo INEP. Alves, Xavier e Paula (2019) explicam que o Censo Escolar é um levantamento anual que reúne informações das escolas das redes pública e particular em todas as suas etapas e modalidades. Os instrumentos de coleta de dados são os cadastros da escola, da turma, do aluno e do profissional em sala de aula. Neste discussão analítica consideramos os seguintes itens: alimentação, serviços, dependências, equipamentos, tecnologias e acessibilidade. Estes itens são referências no processo de produção dos dados e na construção analítica se fez o gotejamento destes com dados de infraestrutura, indicados nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 2/2008 e CNE/CEB nº 1/2002).

Nesse cenário de crise política, econômica e institucional destacado acima se agravam as dificuldades das escolas do meio rural: muitas veem sendo fechadas (BORGES, 2017) e a situação instalada com a pandemia por Covid-19 explicita problemas antes não observados publicamente com nitidez, como a falta da infraestrutura tecnológica, que as impediu de funcionarem no período da pandemia com aulas via internet. Ademais, destaca-se que as alternativas oferecidas, como entrega de atividades domiciliares, esbarram nas distâncias, na falta de condições de transporte a professores e gestores, bem como nas medidas de distanciamento social necessárias.

O processo de retorno às atividades presenciais exigiu que as escolas contem com condições para garantir cuidados com a saúde e, ao mesmo tempo superar déficits de ensino-aprendizagem represados no período pandêmico e na realidade histórica. Assim, nos perguntamos: como se encontram as escolas para a continuidade dos processos educacionais no período considerado pós-pandemia? As escolas contam com condições básicas de infra-estrutura para combinar diferentes estratégias de ensino-aprendizagem, com segurança sanitárias e pedagógicas? Em que condições as equipes administrativas se conectarão aos processos fortemente alterados pelas exigências do período pandêmico

e pós-pandêmico, especialmente a comunicação com suporte de internet? São questões como essas que compõem a problemática deste estudo.

Essas perguntas têm relação direta com a oferta do ensino, ou em outras palavras, com a necessidade de assegurar o direito à educação escolar no meio rural de qualidade social, especialmente em um Estado com índices de analfabetismo de adultos elevados e em vagaroso processo de diminuição.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), produziu o estudo “Qualidade da Infraestrutura das Escolas Públicas do Ensino Fundamental no Brasil”, considerando indicadores com dados públicos e tendências dos anos de 2013, 2015 e 2017. O estudo destaca cinco dimensões: de área, se urbana ou rural; de atendimento por etapas e modalidades; de condições do estabelecimento, nos itens: tipo de edificação, de espaço de construção, acesso a serviços públicos, instalações e conservação dos prédios, prevenção de danos, conforto e ambiente prazeroso; das condições para o ensino e aprendizado, observando o espaço pedagógico, equipamentos de apoio administrativo e pedagógico e da equidade, que destaca o acesso e condições de aprendizagem de pessoas com deficiência. (UNESCO, 2019).

A Unesco situou o indicador de infraestrutura em sete níveis: nível I para condições muito precárias, como o caso das que “não possuem nem mesmo um banheiro dentro do prédio. Tipicamente, são escolas municipais, pequenas, que ofertam somente o ensino fundamental ou o fundamental junto à educação infantil,” No nível II as escolas que “têm água de poço, energia elétrica e banheiro dentro do prédio, por exemplo”. No nível III as escolas que têm mais acesso a serviços públicos e que contam com “instalações para fins administrativos e pedagógicos” No nível IV, as que “têm condições melhores para o ensino e a aprendizagem”. No nível V contam com condições bem melhores, “mas ainda precisam melhorar em relação à acessibilidade”. No VI estão bem mais adequadas em relação aos itens mensurados, inclusive para as pessoas com deficiência e, no Nível VII, as que “têm não só acessibilidade, mas também os recursos pedagógicos adequados para o ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência em salas de aulas inclusivas”. (UNESCO, 2019, p. 8-9).

Essa classificação em relação às escolas do meio rural do Piauí não foi conferida nos marcos deste trabalho, porem é importante para a discussão apresentada a seguir com base nos dados extraídos do Censo Escolar. Inicialmente situamos o número em relação a

situação de funcionamento, considerando dados do ano de 2022, referentes ao ano de 2021:

Quadro 2 - Situação de funcionamento das escolas no meio rural do Piauí (2022)

Situação	Número de escolas	Percentual
Total de escolas	3.981	100%
Total em funcionamento	1972	49,53%
Total de escolas paralizadas	1887	47,4%
Total de escolas extintas	122	3,06%

Fonte: organização das autoras com base nos dados do INEP (2022)

Conforme se pode observar, a partir dos dados produzidos no Censo de 2021 e publicados em 2022, no universo de 3.981 escolas do meio rural no Estado do Piauí 1.972 estavam em funcionamento, representando 49,53%; 1.887 estavam paralizadas, representando 47,4% e 122 foram extintas (3,06%), e mais da metade, 50,46% das escolas existentes estavam sem funcionamento.

Esse quadro demonstra uma situação preocupante, se considerarmos a realidade do analfabetismo que ainda persiste no Estado, com maior prevalência no meio rural. De acordo com dados do IBGE, tendo como referência o ano de 2021, o Piauí tinha 16% de pessoas não alfabetizadas na faixa etária de 15 anos ou mais de idade (a terceira maior faixa de analfabetismo no país e mais que o dobro da média nacional que era de 7%); 19,8% na faixa de 25 anos ou mais de idade; 27,3% na faixa de 40 anos ou mais e 41,4% na faixa de acima 60 anos ou mais, a segunda maior taxa de analfabetismo entre idosos no país. Vale salientar que a faixa de 25 anos ou mais é a que geralmente as pessoas se encontram ao concluírem o ensino o ensino superior; a partir da qual também se pode calcular a média de anos de estudos no Estado que, de acordo com o apurado, é 7,5 anos, a segunda menor do país⁷.

Essa situação tem relação direta com a da população residente. No ano de 2021 o IBGE estimou a população do Piauí em 3.289.290 pessoas; sendo que a do último Censo, de 2010 era de 3.118.360 pessoas (2.050,959 vivendo em zona urbana e 1.067.401 vivendo

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2020/07/15/mais-de-40percent-dos-idosos-do-piaui-sao-analfabetos-e-estado-tem-2o-maior-indice-do-pais-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em 25 de agosto de 2022.

na zona rural), porém, pela estimativa haverá uma queda considerável da população do estado, chegando a 2.948.119 pessoas⁸ no ano de 2060.

Figura 1 - Sobre a situação da matrícula na escola urbana e escola rural no Piauí (2014 a 2019)

Modalidade	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Creche (Rural)	0	0	0	0	0	0
Creche (Urbana)	0	19	32	0	0	0
Matrículas Anos Finais (Rural)	474	394	289	375	346	334
Matrículas Anos Finais (Urbana)	49.063	45.099	41.988	38.002	35.469	33.165
Matrículas Anos Iniciais (Rural)	69	37	15	0	0	0
Matrículas Anos Iniciais (Urbana)	5.979	4.343	3.568	2.747	2.235	1.966
Matrículas Educação Especial (Rural)	0	0	0	95	131	76
Matrículas Educação Especial (Urbana)	0	10	5	4.931	5.292	3.678
Matrículas EJA (Rural)	617	1.053	2.702	3.388	4.268	2.958
Matrículas EJA (Urbana)	39.803	40.378	98.111	123.765	132.320	81.039
Matrículas Ensino Médio (Rural)	6.784	6.890	6.645	7.419	7.269	6.934
Matrículas Ensino Médio (Urbana)	113.792	113.810	113.707	112.517	106.978	100.982
Pré-escola (Rural)	0	0	0	0	0	0
Pré-escola (Urbana)	0	59	55	0	0	0
TOTAL	216.107	207.749	162.361	131.472	187.330	231.132

Fonte: INEP - Relatório de Levantamento sobre a Educação Básica - DFAE/TCE-PI

Como se pode observar, na zona rural há no período uma queda considerável nas matrículas nos anos iniciais e nos anos finais do Ensino Fundamental no passar dos anos. Há uma flutuação nos números da EJA e do ensino médio e a matrícula na creche e pré-escola fica zerada nesse período. Considerando os itens de infraestrutura específicos sondados na pesquisa, a seguir apresenta-se os relacionados a serviços e respectivos percentuais de cobertura.

Quadro 3 - Infraestrutura de serviços nas escolas do meio rural no Piauí (2022)

Serviços	ocorrência	%
água potável	1883	95,5
água rede pública	588	29,8
abastecimento d'água em poço artesiano	991	50,3
água de cacimba	311	15,8
água (fonte rio)	17	0,9
energia inexistente	58	2,9
energia via rede pública	1.901	96,4

⁸ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/panorama>. Acesso em 25 de agosto de 2022.

Serviços	ocorrência	%
energia (gerador fóssil)	3	0,2
energia renovável	10	0,5
esgoto via rede pública	134	6,8
esgoto - fossa	1.517	76,9
esgoto - fossa séptica	1.166	59,1
esgoto - fossa comum	351	17,8
esgoto inexistente	331	16,8
tratamento lixo inexistente	1.732	87,8

Fonte: organização das autoras com base em microdados do Censo Escolar/INEP (2022)

Nas escolas do meio rural piauiense não há atendimento universalizado com água potável e com energia elétrica (95,5% e 96,5%, respectivamente), que são itens básicos para o funcionamento de qualquer escola. É possível afirmar que pelo percentual de fornecimento d'água via rede pública (29,8%), há uma fraca presença do poder público; mais de metade das escolas contam com fornecimento d'água via poços artesianos e essas geralmente enfrentam o problema da falta de manutenção das bombas, que ao serem danificadas demoram ser substituída, provocando paralização das aulas; 17 escolas ainda são abastecidas com água de rio e 311 de cacimba. Apesar de 96,4% das escolas do meio rural contarem com energia elétrica fornecida via rede pública, de acordo com o Censo Escolar, 58 escolas ainda se encontravam sem energia elétrica; 331 escolas sem esgoto; 17,8% com esgotamento via fossa comum e 87,8% não contava com tratamento de lixo.

Quadro 4 - Infraestrutura de dependências nas escolas do meio rural no Piauí (2022)

Dependências	ocorrência	%
biblioteca	141	7,2
biblioteca e sala de leitura	285	14,5
sala de leitura	176	8,9
cozinha	1.922	97,5
dispensa	1.023	51,9
parque infantil	33	1,7

Dependências	ocorrência	%
banheiro-EI	155	7,9
banheiro - PNE	380	19,3
banheiro - chuveiro	517	26,2

Fonte: organização das autoras com base em microdados do Censo Escolar/INEP (2022)

Quanto às dependências escolares, a quase totalidade não conta com um item essencial nos processos pedagógicos e de aprendizagem que é a biblioteca, apenas 7,2 dispõe, e nesse universo somente 14,5% tem a biblioteca acompanhada da sala de leitura, a outra parte subteve-se que conta somente com o espaço de guarda e empréstimo de livros, o que configura um conceito ultrapassado de biblioteca escolar; outro dado importante de ser explorado e que não foi alcançado nesta pesquisa diz respeito a contar ou não com bibliotecário, que atualmente é uma obrigatoriedade. De acordo com a Lei 12.240/2010, que criou o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares, até o ano de 2024 todas as escolas do país devem ter um bibliotecário e acervo mínimo de um título para cada aluno matriculado.

Considerando a importância da alimentação em quantidade e qualidade suficientes para o processo de aprendizagem, a alimentação escolar passa a ser um item relevante na oferta educacional e requer uma estrutura também adequada, porém, além de nem todas as escolas contarem com cozinha, nas existentes nem todas contam com dispensa, indicando, em tese, falta de condições para a guarda e acomodação dos alimentos. O Ministério da Educação reconheceu, via proposição da sociedade civil organizadas, a vinculação entre alimentação escolar e agricultura familiar. A Lei nº 11.947/2009 determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, devendo a aquisição ser realizada por meio de chamada pública, com dispensa de procedimento licitatório, devendo, para tanto, a escola está cadastrada no Censo Escolar.

Banheiro é um equipamento importante na garantia da dignidade das crianças no espaço da escola, somente em 7,9% existiam banheiros adequados à Educação Infantil; parques infantis praticamente inexitem nas escolas (1,7%); sendo que parte considerável

dos prédios era ocupada por turmas do ensino fundamental e médio, quando havia, de acordo com os dados.

Quadro 5 - Infraestrutura de equipamentos tecnológicos nas escolas do meio rural do Piauí (2022)

Equipamentos tecnológicos	disponibilidade	%
internet uso administrativo	739	37,5
computador	1.071	54,3
computador com acesso a internet	135	6,8

Fonte: organização das autoras com base em microdados do Censo Escolar/INEP (2022)

Analisou-se também a disponibilidade de alguns equipamentos tecnológicos nas escolas para o uso administrativo e, de acordo com os dados publicados, somente 37,5% das escolas dispunham de internet para essa finalidade. Vale salientar que cada vez mais a comunicação, acompanhamento e controle dos processos escolares são feitos via rede nacional de computadores, e aos gestores escolares é dada a atribuição de alimentar as plataformas com dados relacionados às respectivas instituições com utilização da rede. Na falta da internet, geralmente esse serviço é feito na Secretaria, nesse caso exigindo o deslocamento de gestores ou mesmo nas residências dos mesmos, quando é possível.

Libâneo (2008, p. 13) define a organização escolar como “espaço de aprendizagem, de compartilhamento de significados, conhecimentos e ação entre as pessoas”. Por essa perspectiva, o suprimento e também a negação de itens de infraestrutura escolar repercute na gestão. Consta no artigo 7º das Diretrizes Operacionais Complementares para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 2/2008 que

A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infra-estruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e esporte, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. (BRASIL, 2008, p. 2).

Essa exigência tem relação direta com a ideia de qualidade social da Educação do Campo; na mesma Resolução consta que “A oferta de Educação do Campo com padrões mínimos de qualidade estará sempre subordinada ao cumprimento da legislação educacional e das Diretrizes Operacionais enumeradas na Resolução CNE/CEB nº 1/2002”.

A Resolução nº 01/2002 apresentam referenciais para a qualidade social e reportam a outros referenciais contidos na política educacional, incluindo os de financiamento. Neste sentido, tem-se o Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e do Custo Aluno Qualidade (CAQ) para apoio do governo federal, dos estados e municípios. O Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAPO) tem a infraestrutura física e tecnologia como um dos seus eixos, onde constam as seguintes frentes: construção e reforma de Escolas do Campo e quilombolas, educação digital, fornecimento de energia e água, e garantia do transporte escolar e para transformar essas itens em atendimento determina as seguintes ações: 1. Construção de Escolas e apoio técnico e financeiro para melhorar a estrutura física; 2. Inclusão Digital; 3. PDDE Campo – Programa Dinheiro Direto na Escola; 4. PDDE Água e Esgoto Sanitário; 5. Luz para Todos na Escola e 6. Transporte Escolar, contudo, pelo que se pode observar, para o atendimento das escolas situadas no meio rural ainda há longo caminho a percorrer.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da diversidade de programas específicos adotados pelos governos com a justificativa de melhorar a qualidade da escola pública, percebe-se que a precariedade persiste e motivou o estudo em tela, cujo objetivo adotado foi analisar a situação de infraestrutura de apoio pedagógico e administrativo, em escolas situadas no meio rural piauiense, considerando indicadores que compõem a política oficial de avaliação e os que estão inscritos na política de Educação do Campo.

De modo geral o quadro de precariedade na infraestrutura física das escolas do meio rural é conhecido e marcado pelas limitações materiais de equipamentos e instalações; porém caracterizar esse cenário, a partir dos dados quantitativos é importante para situar os desafios, as violações e analisar possíveis repercussões no tocante a situação pedagógica e de gestão, bem como perceber as distâncias existentes entre a escola real e a escola pretendida nos marcos da política de educação do campo. Considerando os marcos político-pedagógicos que diferenciam escola rural e escola do campo é possível afirmar, pela indicação da pesquisa, que a maior parte das escolas existentes no Piauí ainda são escolas distantes do projeto da Educação do Campo.

Pela análise sobre o lugar da infraestrutura no contexto da política da educação do campo, observa-se que os itens de biblioteca, sala de leitura, computador, internet têm

relação direta com as questões pedagógicas e de gestão e que pelos dados apresentados quanto ao provimento e à negação, os parâmetros que organizam a política de educação do campo no país não são atendidos, tendo como maiores carências as questões relacionadas a abastecimento d'água em sistema seguro, à falta de esgotamento sanitário, escolas sem energia elétrica, baixa disponibilidade de internet para uso administrativo, quase inexistência de biblioteca escolar e de banheiros adequados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Teresa Gonzaga. XAVIER, Flávia Pereira. PAULA, Tulio Silva de. Modelo conceitual para avaliação da infra-estrutura escolar no ensino fundamental. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 100, n. 255, p. 297-330, maio/ago. 2019.

ARROYO, Miguel González; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BENJAMIM, César. CALDART, Roseli Salete. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2000.

BORGES, David Gonçalves. O desmonte da educação do campo no nordeste brasileiro: diagnóstico, mapeamento e análise do fechamento de escolas do campo no estado do Piauí. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 305-324. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB n. 2/2008**. Estabelece diretrizes complementares para a educação básica em escolas do campo. Brasília, 2008

CALDART. Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo. **Por uma escola do campo**: contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2004.

GAMBOA. Silvio Sanchez. **Perspectiva em educação**: métodos e epistemologia. Chapecó: Argos, 2007.

GHEDINI, Cecília Maria. **A produção da Educação do Campo no Brasil**: das referências históricas à institucionalização. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. 5.ed. Revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

MEDEIROS. Lucineide Barros. Incidência na política educacional: a experiência do FOPEC na elaboração do plano estadual de educação/PI. In: CRUZ, Rosana Evangelista. SILVA, Samara de Oliveira. **Gestão da política nacional de educação**: desafios contemporâneos para a garantia do direito a educação. Teresina: EDUFPI, 2017. p. 255-

276.

PIAUI, Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO). **O IDH dos municípios do Piauí por território de desenvolvimento**. Teresina: CEPRO, 2016.

PRADO JÚNIOR. Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

UNESCO. **Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2019.